

1720

2020



VÁRIAS MINAS

encruzilhada de histórias

A EXPLORAÇÃO DE OURO E
DIAMANTES

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário de Estado de Cultura e Turismo

Leônidas José de Oliveira

Secretário de Estado Adjunto de Cultura e Turismo

Bernardo Silviano Brandão

Subsecretário de Cultura

Fábio Caldeira de Castro e Silva

Superintendente de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais

Milena Andrade Pedrosa

Diretor do Arquivo Público Mineiro

Thiago Veloso Vitral

Diretora de Museus

Ana Maria Azeredo Furquim Werneck

Diretora do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas

Alessandra Soraya Gino Lima

Coordenação Técnica

Denis Soares da Silva

Elaboração

Déborah Soares da Silva

Isabella Caroline de Souza

Lara Lauredane Rodrigues Marques

Rossiano Henrique Oliveira Vilaça

Ygor Gabriel Alves de Souza

Revisão Textual

Flávia Alves Figueirêdo Souza

Projeto Gráfico

Alaor Souza Oliveira

Capa

BR MGAPM SC-081 Capa

Secretaria de Governo da Capitania

Acervo Arquivo Público Mineiro

SUMÁRIO

CADERNO DE ATIVIDADES | FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E POVOAMENTO

5

APRESENTAÇÃO

8

INTRODUÇÃO

11

ACERVO E TEMAS PARA ATIVIDADES

28

PROPOSTAS DE ATIVIDADES

30

BIBLIOGRAFIA



O D. ANTONIO LUIS PE

*Proffero na Ordem de Christo do Desembargo
as guarde Seu Desembargador da Re-
em Ouvidor geral, e Corregedor desta
Fazendas dos defuntos, e auxentes Capes
coens Ultramarinas, e mais Cargos a*

FAÇO SABER A

zente Minha Carta de Uzanca virem, ou de

APRESENTAÇÃO

Realizada pela Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT), a exposição *Várias Minas: encruzilhada de histórias* integra as comemorações dos 300 anos da capitania de Minas Gerais. Dividida cronologicamente e por eixos temáticos, a mostra ocorrerá virtualmente ao longo de 2020, explorando o acervo do Arquivo Público Mineiro, do Museu Mineiro e da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

O conteúdo disponibilizado no [site da SECULT](#), e nas redes sociais, será composto por documentos, fotografias, livros, vídeos e peças tridimensionais que foram fotografados e digitalizados. A cada mês, serão divulgados materiais relacionados a temas pré-estabelecidos e que constroem uma história de Minas Gerais em seus 300 anos.

A fim de expandir o alcance da exposição e contribuir com as atividades dos milhares de professores e professoras do estado, foi elaborado o presente Caderno de Atividades. Dessa maneira, a partir das obras que compõem a mostra virtual, organizou-se um conjunto de sugestões de atividades para serem desenvolvidas com os alunos, seja de forma presencial seja virtualmente, buscando permitir ao professor que insira os conteúdos da mostra virtual no cotidiano das aulas, sobretudo no que tange à disciplina de história.

A proposta do caderno segue uma divisão cuja ideia consiste em, inicialmente, introduzir um tema específico, em sintonia com os eixos da exposição virtual. Para isso foi elaborado um texto breve de contextualização histórica acerca dos principais eventos e conceitos que norteiam cada tema. No segundo momento, é apresentada parte do acervo selecionado para a mostra, sendo cada item acompanhado de um texto descritivo e também de sua legenda técnica. Para que seja possível explorar mais possibilidades das obras também foram feitos recortes para aprofundamentos nos detalhes; nos documentos manuscritos, por exemplo, ampliou-se um trecho de destaque e inseriu-se a transcrição paleográfica da passagem, sempre com escrita atualizada, mas mantendo a disposição das linhas, para que professores e alunos possam acompanhar e se desafiar a lerem tais documentos originais.

Na terceira seção são apresentadas sugestões de atividades que o professor pode realizar com os alunos, adaptando-as no que for necessário a cada situação. As propostas encontram-se em consonância com as habilidades planejadas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, estimulando a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento histórico e articulando, sempre que possível, as realidades individuais com as narrativas sobre o passado.

Para além das sugestões específicas, também foram incluídos quadros ao lado da apresentação de cada obra com sugestões de temas que podem ser abordados, inclusive de forma interdisciplinar. Visando abrir possibilidades de atividades e tornar o texto mais fluido, também foi elaborado um glossário às margens dos textos, explicando termos específicos cujo significado pode ser um desafio para os alunos. Por fim, o material apresenta uma lista de bibliografia complementar que pode auxiliar o professor na busca de referências e textos sobre o tema tratado.

Assim, os Cadernos de Atividades da exposição “Várias Minas: encruzilhada de histórias” não somente pretendem contribuir para que o vasto conteúdo da mostra possa ser difundido e fazer parte do cotidiano de professores e alunos durante as comemorações do tricentenário de Minas Gerais, mas também atuar como um guia para utilização de alguns documentos e obras caras à história mineira a ser empregado permanentemente.

**Equipe da Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais**





A EXPLORAÇÃO DE OURO E DIAMANTES

INTRODUÇÃO

Dada a criação da capitania de Minas Gerais, em dezembro de 1720, uma capital precisava ser escolhida para sediar os principais postos administrativos da Coroa. Vila Rica localizava-se em uma das principais áreas da extração mineral. Esse fator, somado à sua importância econômica e social na região, foi decisivo para sua escolha, em 1721, como capital da recém-criada capitania de Minas Gerais.

Sob maior controle da Coroa portuguesa, a exploração mineral desenvolveu-se ainda mais rapidamente na capitania. A expectativa de prosperidade e riqueza atraía fluxos populacionais cada vez maiores para a região, acelerando sua urbanização e fazendo com que o centro das Minas se tornasse, no século XVIII, uma das áreas mais populosas da América Latina.

O desenvolvimento das atividades econômicas em Minas Gerais, especialmente a atividade mineradora, fez intensificar o tráfico transatlântico da população africana que era trazida para a região por traficantes de escravos. Estes eram adquiridos pelos mais diversos homens da capitania, para realizarem o trabalho duro na extração de metais e pedras preciosas, além de funções agrícolas, domésticas e comerciais. O número de negros e mestiços forçados a trabalhar nas Minas era tão alto que eles chegaram a representar mais da metade da população da capitania, além de conferir a Minas Gerais o posto de região com o maior número de escravizados do Brasil no século XVIII.

LINGOTES

Peça fundida de ouro refinado, produzida em moldes e tamanhos padronizados com a finalidade de registrar a procedência e as características do material utilizado.



A fim de garantir o seu domínio sobre a exploração e circulação de ouro na capitania e evitar o contrabando, a Coroa fortaleceu a cobrança de impostos e as atividades das casas de fundição, que tinham por objetivo avaliar, tributar e registrar todo o ouro produzido nas Minas Gerais. Buscando evitar falsificações nos **lingotes** produzidos, foi ordenado que neles fossem cunhados selos e mecanismos de registro e autenticação.

Ao longo do século XVIII, a constante procura por riquezas em Minas Gerais fez a atenção da metrópole voltar-se, também, à região de Vila do Príncipe, atual Serro, onde foram descobertas, por volta de 1729, lucrativas jazidas de diamantes. Consequentemente, o Distrito Diamantino, criado em 1734 com sede no Arraial do Tejuco, passou a representar outro polo de atividades exploratórias, além de sediar a Intendência dos Diamantes, criada no mesmo ano, para fiscalizar a exploração diamantífera em toda região.

A abundante oferta de pedras preciosas na comarca fez com que a Metrópole, agora representada em Minas Gerais pelo Intendente dos Diamantes e pelo governador D. Lourenço de Almeida (que viera substituir o famoso Conde de Assumar), enrijecesse seu controle sobre as atividades exploratórias na capitania. Foram criados mais mecanismos de fiscalização e tributação dos metais e pedras encontradas, mormente após a ocupação do cargo de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, por Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal.

Marcado como grande reformista, Pombal se tornou uma das figuras mais importantes do reinado de D. José I, chegando, por vezes, a ser mais lembrado que o próprio monarca. A explicação para tal fama pode ser atribuída, entre outros fatores, às mudanças de ordem política, administrativa e social que ele implementou no **Império Português**, tanto em Portugal, como nas colônias no ultramar. A “Época Pombalina” seria então um momento de forte expressão do **reformismo ilustrado** português.

Entre as várias ações conhecidas como “Reformas Pombalinas”, deve-se ressaltar os grandes empreendimentos de reconstrução necessários na capital, Lisboa, após o grande terremoto que devastou a cidade em 1755. Para além da nova percepção de organização do espaço urbano, a reconstrução de Lisboa teve impactos na América Portuguesa, uma vez que foram instituídos impostos nos



IMPÉRIO PORTUGUÊS

O Império Português era constituído pelo reino europeu de Portugal e seus domínios ultramarinos (ou regiões sobre as quais Portugal exercia algum domínio além do mar) na Idade Moderna: A América Portuguesa (Brasil), as Ilhas Cabo Verde, alguns postos comerciais na costa do Continente Africano (na região de Angola, Mina e Moçambique), a fortaleza de Goa (na Índia), a cidade de Macau (na costa da China) e outros entrepostos na região da Indonésia e Japão.

Planisphère. Domingos Teixeira (1573)

Bibliothèque Nationale de France

REFORMISO ILUSTRADO

Movimento liderado pelo Marquês de Pombal, que objetivou realizar transformações políticas e sociais no império português através da introdução de reformas administrativas baseadas nos ideais do iluminismo e do liberalismo econômico.

LÍNGUAS GERAIS

Línguas amplamente faladas na América Portuguesa, derivadas do idioma Tupi antigo. As mais documentadas são a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica, mas apenas esta última sobreviveu dando origem à Língua Nheengatu do Rio Negro. Independentemente, ainda hoje existem mais de 150 línguas indígenas no território brasileiro.

ERÁRIO RÉGIO

Órgão de controle das finanças públicas, criado pelo Marquês de Pombal na medida em que eram extintas as Casas dos Contos. Seu principal objetivo era centralizar a gestão da administração fiscal portuguesa, através da

domínios ultramarinos exclusivamente para financiamento das obras.

Ganhando prestígio e eminência, o Marquês de Pombal conseguiu realizar profundas reformas no Império Português, inevitavelmente mudando também a vida nas colônias. De uma forma geral, suas ações visavam equilibrar os interesses dos diversos setores da burguesia lusitana e luso-americana, voltadas à centralização estatal, seguindo as tendências políticas de outros países europeus.

Entre as reformas que impactaram diretamente a vida na América Portuguesa, estão aquelas relacionadas à centralização do Estado. Entre elas, incluem-se a proibição da escravidão indígena (1757), a expulsão dos jesuítas dos domínios lusitanos (1759) e o combate às **Línguas Gerais** indígenas com o português sendo o único idioma reconhecido pela Metrópole (1758).

Além disso, as reformas fiscais e administrativas em favor da centralização da administração financeira levariam a diversas mudanças em impostos e nomeações de cargos nas Minas Gerais (na ocasião, a capitania que mais gerava receita para a Coroa devido à extração mineral). No rol das mudanças, a mais celebrada foi a substituição do sistema dos Contos (do qual a [Casa dos Contos](#) era um símbolo) pela criação do **Erário Régio** (1761), com o objetivo de tornar a arrecadação mais eficaz. Essas mudanças administrativas, fiscais e econômicas levaram, por outro lado, ao fortalecimento de relações locais e aos conflitos de interesses que pavimentaram o caminho para a Inconfidência Mineira.

ACERVO & TEMAS PARA ATIVIDADES

- **DICAS**

- Nas próximas páginas, você encontrará análises de documentos custodiados pelo Arquivo Público Mineiro, pela Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais e pelo Museu Mineiro e sugestões de atividades para serem desenvolvidas com os alunos. Para obter melhor experiência, algumas imagens possuem hiperlinks que direcionam para as imagens dos documentos em alta resolução. As imagens com hiperlinks estão indicadas com o seguinte símbolo:



Ley do Contrato dos Diamantes do Brasil. De 11 de Agosto de 1753.



UELREY. Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que sendo informado da imminente ruina, a que se achão expostos o Contrato, e o Commercio dos Diamantes do Brasil, não só pelas defordens, que até agora se commetterão na administração, e no manejo delles, preferindo-se os interesses particulares ao bem publico, que se segue da reputação deste genero; mas também pelos consideraveis contrabandos, que delle se fizeram, com grave prejuizo do meu Real serviço, e do cabedal dos meus Vassallos, que licita, e louvavelmente se empregarão neste negocio, em commum beneficio dos meus Reinos, e das suas Conquistas: E tendo consideração a que no estado, a que tem chegado as sobreditas defordens, não podia caber o remedio dellas, nem na applicação dos meios ordinarios, nem nas faculdades dos particulares, que nelle tem interesses: Hei por bem tomar o referido Contrato, e Commercio debaixo da minha Real, e immediata Protecção, ordenando a respeito delles o seguinte.

I.

Nenhuma pessoa de qualquer qualidade, ou condição, que seja, depois do dia da publicação desta Ley em diante, poderá contratar neste Reino, ou seus Dominios, sobre Diamantes brutos por compra, ou por venda, nem introduzillos nos mesmos Reinos, vindo fóra dos cofres Reaes, e do seu Manifesto, nem extrahillos da Terra, nem fazellos transportar para os Reinos estrangeiros por qualquer modo, que seja, sem especial commissão, e guia do Contratador, e Caixas do presente Contrato, em cujo favor Hei por bem fazer exclusivo o commercio dos referidos Diamantes brutos, sob pena de perdimento dos que forem extrahidos, ou contratados, e do dobro do seu valor commum, ametade para o denunciante, e ametade a beneficio do mesmo Contratador, e Caixas, para entre elles se repartir igualmente: incorrendo de mais os transgressores desta Ley nas penas corporaes de dez annos de degredo para Angola, sendo pessoas livres, que morem no Brasil; e para o Maranhão, ou Pará, morando neste Reino: sendo porém escravos, serão condemnados a trabalhar com braga nas obras do Contrato pelos referidos annos; e o mesmo, exceptuada a braga, se praticará com os pretos, e homens pardos, que delinquirem, sendo forros.

II.

Estabeleço, que esta prohibição, e as penas por ella ordenadas, se executem sem alguma differença, não só nos principaes transgressores, que fizerem as compras, vendas, conduções, ou remessas; mas também contra todas, e quaesquer pessoas, que para isso concorrerem por terra, ou por mar, fôrão, ou dentro do-o em suas casas, carruagens, embarcações, e de qualquer outro modo, e tempo, que isto se prove, se procederá com a mesma maneira abaixo declarada.

III.

Para que mais efficazmente seja esta Ley observada, Sou servido ordenar que se proceda a fazer a mesma Ley, e as penas por ella ordenadas em segredo, como se pratica no Fisco dos ausentes, e que, sendo os denunciantes escravos, se libertem pela competente parte do premio da denuncia, entregandose-lhes o resto para delle usarem, como bem

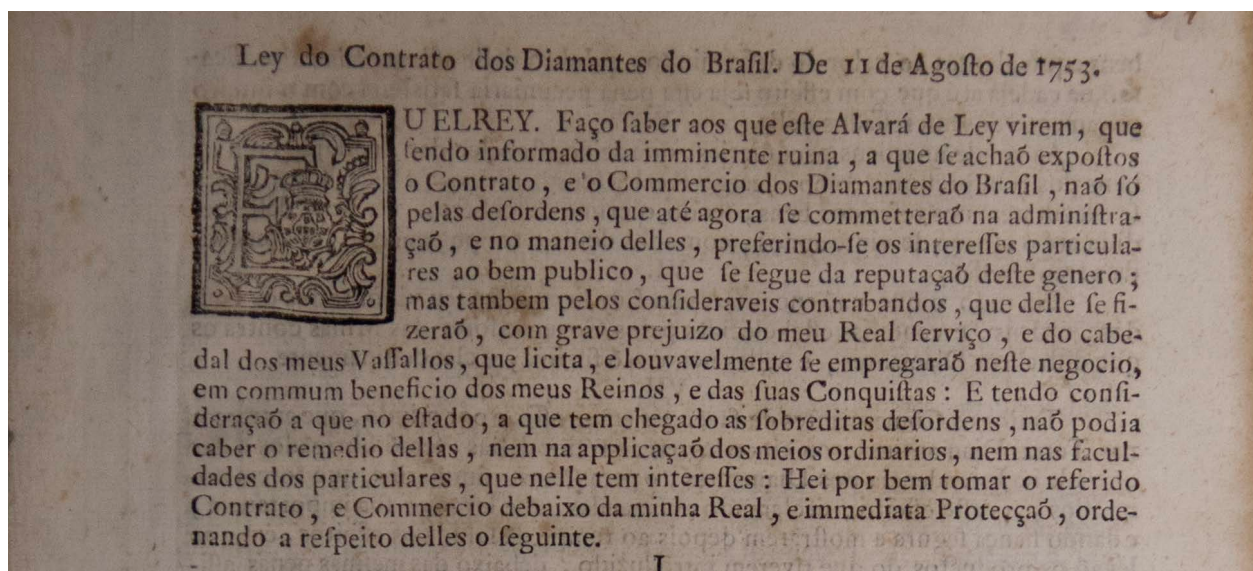
CONTRATO DE DIAMANTES

1753

ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

BR MGAPM SG-CX 05-DOC 34

A exploração de diamantes no território das Minas tem início em 1729 e ao longo de todo o século XVIII diversas foram as formas pelas quais a Coroa tentou controlar a extração e a comércio dessas pedras preciosas. Inicialmente feitos por particulares, a extração e o comércio passam a ser realizados por meio de contratos em 1740, porém, devido em grande parte aos desvios e contrabandos, sobretudo aqueles realizados pelo 3º Contratador dos Diamantes, Felisberto Caldeira Brant, entre 1749 e 1753, é emitido o Alvará de 11 de agosto de 1753 pelo qual o Rei de Portugal, D. José I, pretende controlar mais a região diamantina estabelecendo, entre outras matérias, a exclusividade da Coroa no comércio de diamantes e penas aos contrabandistas.



TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO

Ley do Contrato dos Diamantes do Brasil. De 11 de Agosto de 1753.

Eu El Rei Faço saber aos que este Alvará de Lei virem, que sendo informado da imminente ruína, a que se acham expostos o Contrato e o Comércio dos Diamantes do Brasil, não só pelas desordens que até agora se cometeram na administração e no manejo deles, preferindo-se os interesses particulares ao bem público, que se segue da reputação deste gênero; mas também pelos consideráveis contrabandos que dele se fizeram, com grave prejuízo do meu Real serviço e do cabedal dos meus Vassallos, que licita, e louvavelmente se empregaram neste negócio, em comum benefício dos meus Reinos e das suas Conquistas: E tendo consideração a que no estado a que tem chegado as sobreditas desordens, não podia caber o remédio delas, nem na aplicação dos meios ordinários, nem nas faculdades dos particulares que nele tem interesses: Hei por bem tomar o referido Contrato e Comércio debaixo da minha Real e imediata Protecção, ordenando a respeito deles o seguinte.

Extracto do descobrimento

le, das Minas Geraes tempo em que nellas principiou a arrecadação da Real Fazenda, origem dos Contractos, Creação das Villas, Off.^o de justiça, suas avaliações primeira, e segunda, Cópia das Ordens ao mesmo respeito, e as mais em virtude de que se forma o Calculo do Rendim^{to} da Tror.^{ria} desde a Creação do Governo dividido pelos Almos a que pertence nos diferentes metodos que se alcançao com a distincão do valor do Ouro, como se exprem em cumprimentos das Reaes Ordens de

Mag.^o F.
dirigido

Ordennado

pelo



LIVRO DE REGISTRO DE EXTRATOS DOS
DESCOBRIMENTO DAS MINAS, ORIGEM DOS
CONTRATOS, CRIAÇÃO DAS VILAS E OFÍCIOS DE
JUSTIÇA

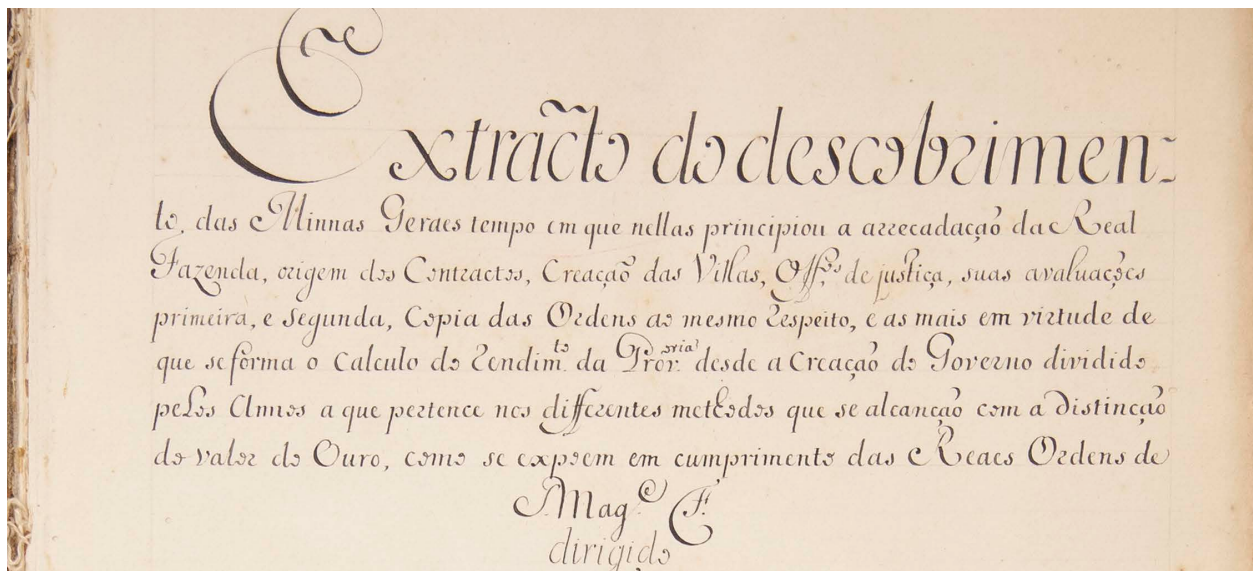
S/D

ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
BR MGAPM CC-2001 FL. 1

Luis

Diogo Lobo da Silva Governador,
e Cap.^{am} General desta Capitania.

Governador da capitania de Minas Gerais entre os anos de 1763 e 1768, D. Luis Diogo Lobo da Silva governou a capitania de Pernambuco anteriormente e havia sido enviado para a América Portuguesa com a missão de fazer valer as medidas adotadas pelo Marquês de Pombal. Nas Minas, sua principal preocupação foi a cobrança de impostos, principalmente a busca pela forma mais eficaz de fazê-la. Para conhecer a realidade do território a ser administrado, D. Luis Diogo ordenou a confecção de um livro no qual se encontra detalhado o processo de descobrimento das minas, os contratos de arrecadação de impostos vigentes, bem como as vilas e ofícios de justiça criados.



TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO

Extrato do descobrimento das Minas Geraes tempo em que nelas principiou a arrecadação da Real Fazenda, origem dos Contratos, Criação das Vilas, Offícios de justiça, suas avaliações primeira, e segunda, cópia das Ordens ao mesmo respeito, e as mais em virtude de que se forma o cálculo do rendimento da Provedoria desde a criação do Governo dividido pelos anos a que pertence nos diferentes métodos que se alcançam com a distinção do valor do Ouro, como se expõem em cumprimento das Reaes Ordens de Sua Majestade Fidelíssima

O Por Intendente dos Diamantes. Publiará este L.^o fazendo Me sua
abertura, e encerramento, enumerando-o na forma do Edital, o qual Eade Ser-
vir p.^a Le matricularem os negros do futuro Contracto, que Eade principi-
ar em oprimetro de Janeiro de 1753, de que Ee Administrador Do-
te M.^o Maciel. Sejuo a 2 de Junho de 1752

João Ant^o de Almeida

LIVRO DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS DO
CONTRATO DE EXPLROAÇÃO DE DIAMANTINA

1753-1754

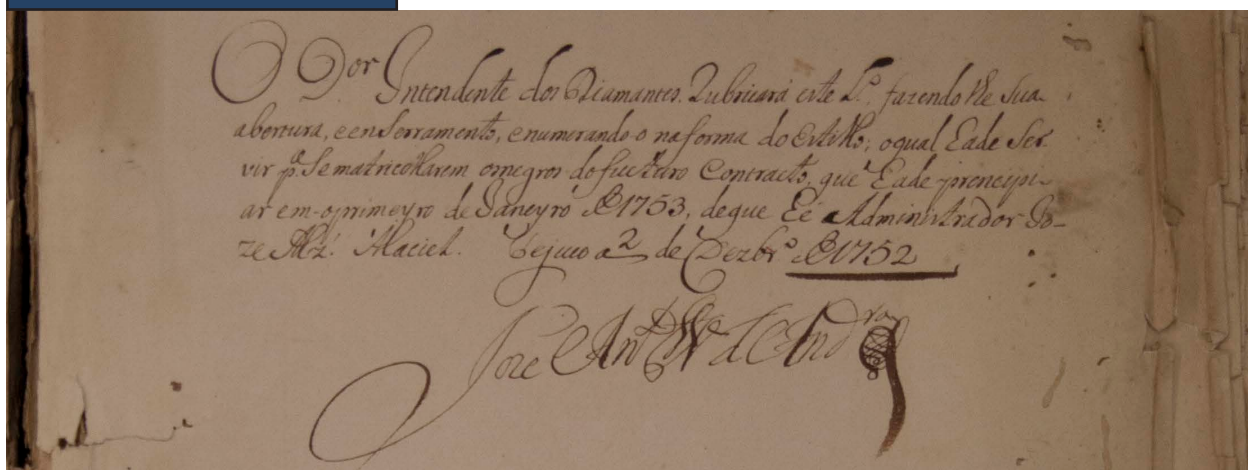
ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
BR MGAPM CC-2048 FL. 1



SITE SLAVE VOYAGE

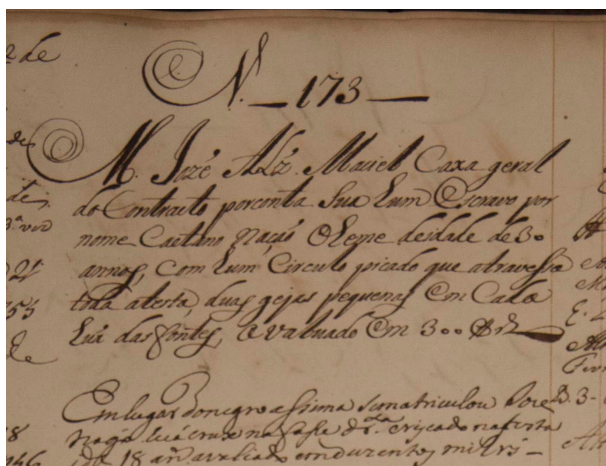
Do inglês, "Viagens de Escravos". Trata-se de um site que funciona como base de dados de pesquisa, tendo reunido informações como porto de saída, porto de destino e número de pessoas a bordo de grande parte dos navios que traficavam pessoas escravizadas entre os séculos XVI e XIX.

Notadamente conhecida pelo reluzir do ouro e das pedras preciosas, a exploração mineral nas Minas setecentistas era marcada por outros elementos, sendo o uso de pessoas escravizadas como mão-de-obra o principal deles. Ao longo do século XVIII, o número de africanos e africanas trazidos à força para América Portuguesa passou por um salto e, uma vez nas terras coloniais, grande parte foi destinada ao trabalho na capitania de Minas Gerais. Uma das formas da administração de estimar e cobrar os impostos sobre os escravizados era a prática da "matrícula de escravos". Assim, eram registrados em livros próprios todos os escravizados que pertenciam a determinada pessoa, indicando seu nome, idade, local de origem em África e cicatrizes ou marcas no corpo.



TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO

O Doutor Intendente dos Diamantes rubricara este Livro fazendo-lhe sua abertura, e encerramento, e numerando-o na forma do estilo, o que há de ser vir para se matricularem os negros do futuro contrato que há de principi ar em o primeiro de Janeiro de 1753, de que é Administrador Jozé Alvarez Maciel. Tejuco a 2 de Dezembro 1752
Joze Antonio Freire de Andrada



TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO

N. 173

Matriculou Jozé Alvarez Maciel caixa geral do contrato por conta sua um escravo por nome Caetano nação Oleme de idade de 30 anos, com um circulo picado que atravessa toda a testa, duas gejas pequenas em cada uma das fontes, avaliado em 300\$

LIVRO DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS DO CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE DIAMANTINA.

BR MGAPM CC-2048, FL 47.



CORREIO DA CIDADE DE OURO PRETO

S/D

AUTOR DESCONHECIDO

ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

COLEÇÃO MUNICÍPIOS MINEIROS

BR MGAPM MM-191(02)

OURO PRETO - Correio, ant.

Fotografia em preto e branco do prédio da Casa dos Contos em Ouro Preto. O suntuoso prédio foi construído como residência entre 1782 e 1784 pelo negociante português João Rodrigues Macedo, então um dos mais ricos cobradores de impostos da cidade. Sua fortuna se dava à custa de pesadas dívidas com a Coroa (para a qual ele não repassava todos impostos devidos), que acabou obtendo posse do imóvel em 1797 e convertendo-o em sede da administração e contabilidade pública - daí o nome "Casa dos Contos", em referência aos "Contos de Réis", unidade monetária da época. No tempo dessa fotografia (primeiras décadas do século XX), o prédio funcionava como sede dos Correios.



Ao fundo da fotografia da Casa dos Contos é possível ver a Igreja de São Francisco de Paula, a última erguida na cidade durante o período colonial (com construção iniciada em 1804). Esse é um exemplo da importância da vida religiosa no cotidiano e na própria arquitetura ouro-pretana, privilegiando sempre igrejas nos pontos mais altos da cidade - muito acima até mesmo das casas mais ricas da elite ou de prédios públicos como a Casa dos Contos.



SUGESTÃO DE TEMA

- Trabalhar a questão da localização das igrejas e outros templos religiosos nas cidades hoje em dia, sua relação com a importância da vida religiosa nas comunidades onde os estudantes vivem e a comparação com a vida religiosa na época colonial.



LINGOTE DE OURO

1778

10,5 x 3,0 x 1,8

ACERVO MUSEU MINEIRO

COLEÇÃO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

FOTO: ISRAEL CHRISPIM JR



Lingote de ouro com os selos da Coroa Portuguesa do século XVIII. A implementação das Casas de Fundição em Minas Gerais pretendia que todo ouro produzido na Capitania só saísse com essa forma, registrado e tributado pelo governo. No detalhe vemos o carimbo oficial, com o local de fundição (Sabará), bem como outros carimbos e gravações feitas no ouro quente de forma a controlar os registros, proveniência e impostos. O "N2111" ao lado do escudo se refere ao número do lingote dentro dos produzidos por aquela casa de fundição, enquanto o "0-7-3-12" indicava o peso da peça: 7 onças, 3 oitavas e 12 grãos (aproximadamente 200 gramas).



MEMORIAS
DO
DISTRICTO DIAMANTINO
DA
COMARCA DO SERRO FRIO
(PROVINCIA DE MINAS GERAES)

Dr. J. Felicio

MEMÓRIAS DO DISTRICTO DIAMANTINO DA
COMARCA DO SERRO FRIO (PROVÍNCIA DE MINAS
GERAES)

1868

10,5 x 3,0 x 1,8

ACERVO BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE
MINAS GERAIS

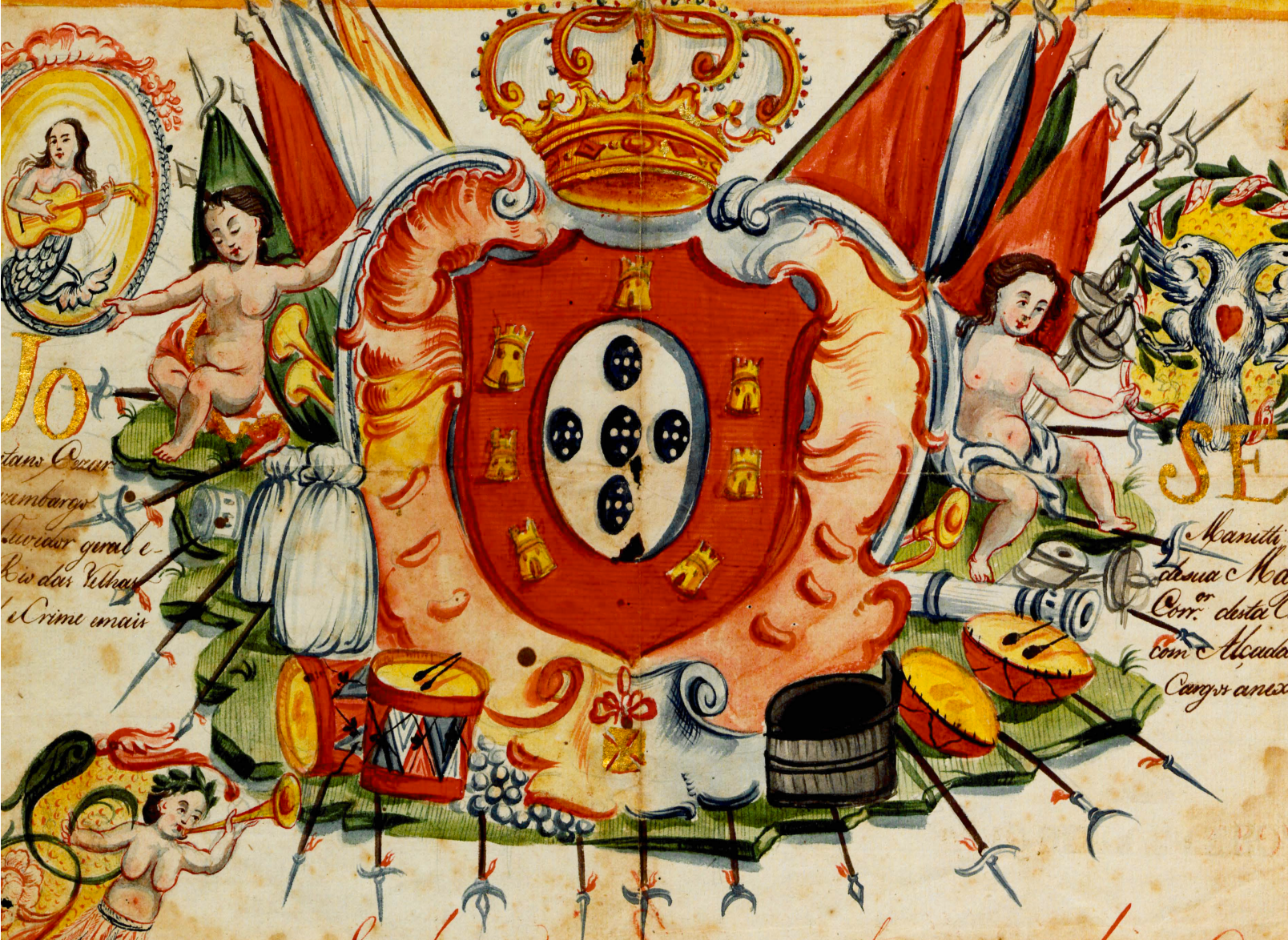
COLEÇÃO MINEIRIANA

981.51 b S237m 1868

MEMORIAS DO DISTRICTO DIAMANTINO

Natural do Serro, Minas Gerais, Joaquim Felício dos Santos foi um homem público e senador durante a segunda metade do século XIX. Nos anos de 1861 e 1862 publicou no jornal Jequitinhonha uma série de textos intitulados "Distrito Diamantino", que depois foram ampliados e adaptados para a obra "Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio", publicada no Rio de Janeiro, em 1868. Na obra, Felício dos Santos trata de duas questões principais: a exploração de diamantes e as localidades já exauridas no passado; e as forças da administração colonial sobre o território diamantino e as pessoas que lá viviam, segundo o autor, subjugadas pelo autoritarismo português.

DA
COMARCA DO SERRO FRIO
(PROVINCIA DE MINAS GERAES)
PELO
Dr. J. Felicio dos Santos



aco Saber aos que esta minha Carta

de Franca viram, edella noticia tiverem que no Silureo, que habrio no dia vinte do proximo mes de Dezembro no Annado da Camara
 ante anno Salis e Lito para Luis Ordinarios desta Villa e sui termo e Capitao Guardado. Mor **JOÃO DESOUZAS BOAVENTURA**
 e por nelle com correnim os Requeritos necessarios da sua Capacidade intelligencia, e se mostrar sem Culpa: He
 sem que o mesmo exerça o emprego de Luis Ordinarios desta dita Villa Real do Sabari o anno facturo de 1789, por
 se como se expere com Louvel e honroso procedimento Dello actividade substituo e nome de as partes guardando em a
 Servios de Deus, edesua Mag. segredo da Justica
 os seus das pachos em Camara e fora della, e haura os prios, e
 atirando se he poyse e juramento dos Sanctos Evangelhos na
 Villa Real de Nova Anhora da Conceicao do Sabari do
 Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo o 1788, e mais Eu Joao Sando e
 Joao Joaze de Oureira que deservem que se faga.

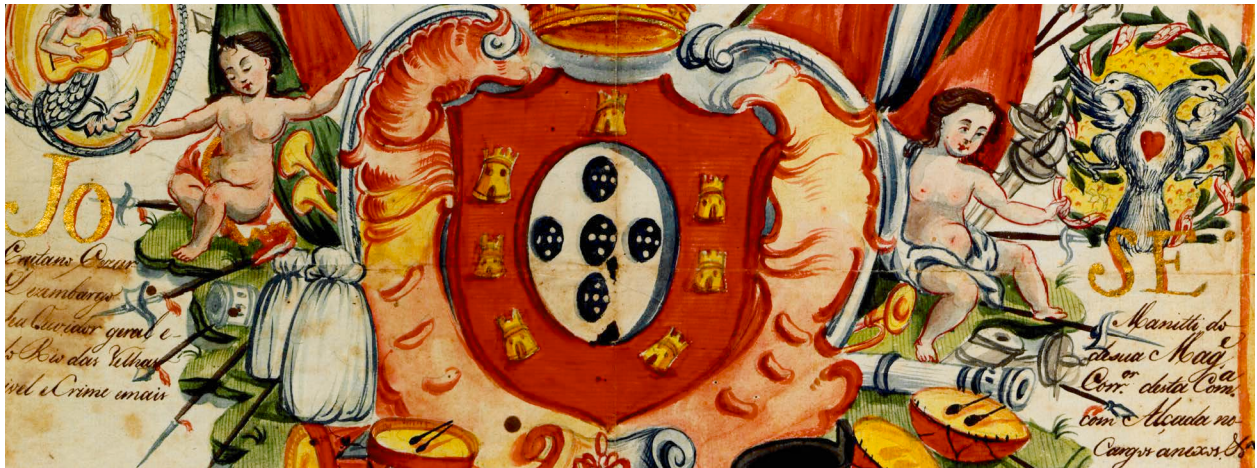
CARTA DE USANÇA QUE NOMEIA JOÃO DE SOUZA
BOAVENTURA PARA O CARGO DE JUIZ ORDINÁRIO

1788

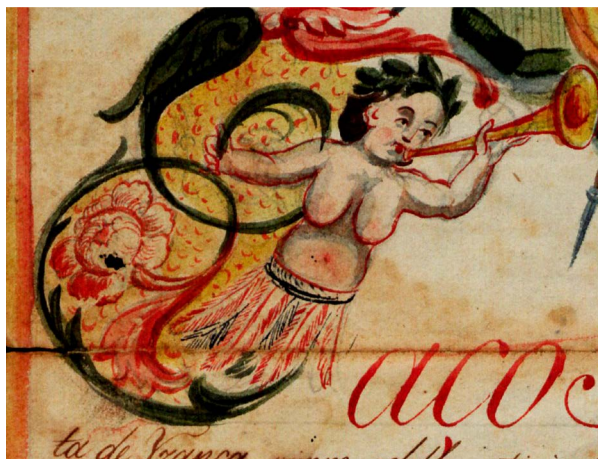
ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
BR MGPM CMS-010

Joze Baptista Cezar Marinho

Cartas de Usança eram documentos emitidos pelo governo português que permitiam ao seu portador exercer uma função pública (juiz, vereador, procurador etc.), funcionando como um tipo de alvará ou licença. Esta Carta de Usança nomeia um Juiz Ordinário e expressa em diversas dimensões o domínio português das funções públicas na colônia. Grande parte do cabeçalho da Carta é ocupada por um escudo português vivamente colorido, rodeado de símbolos de poder. A mensagem é clara: a autoridade do juiz ali nomeado emana da soberania de Portugal. As letras do nome “José” e “João de Souza S. Boaventura” são pintadas em ouro.



Rodeando o escudo de Portugal vemos trombetas, sacos de mercadorias, tambores surdos, um balde de madeira, tambores militares, canhões e espadas. Acima do escudo está a Coroa, reafirmando a importância do Rei. Mais ao fundo, no lado superior, há bandeiras militares hasteadas enquanto o lado inferior



ostenta lanças de guerra. Figuras angelicais dos dois lados do escudo e a sereia do lado esquerdo lembram anjos ou as musas da Grécia antiga, conferindo um ar benevolente e sublime ao escudo. Finalmente, do lado direito há uma águia de duas cabeças: símbolo de poder político desde o Império Romano. O começo do texto da Carta de Usança também é decorado, com a representação possivelmente de um indígena idealizado (indicado pelo saiote de penas) tocando uma trombeta para formar a letra F nas palavras iniciais: “Faço saber”. Essa tradição remete às iluminuras medievais.

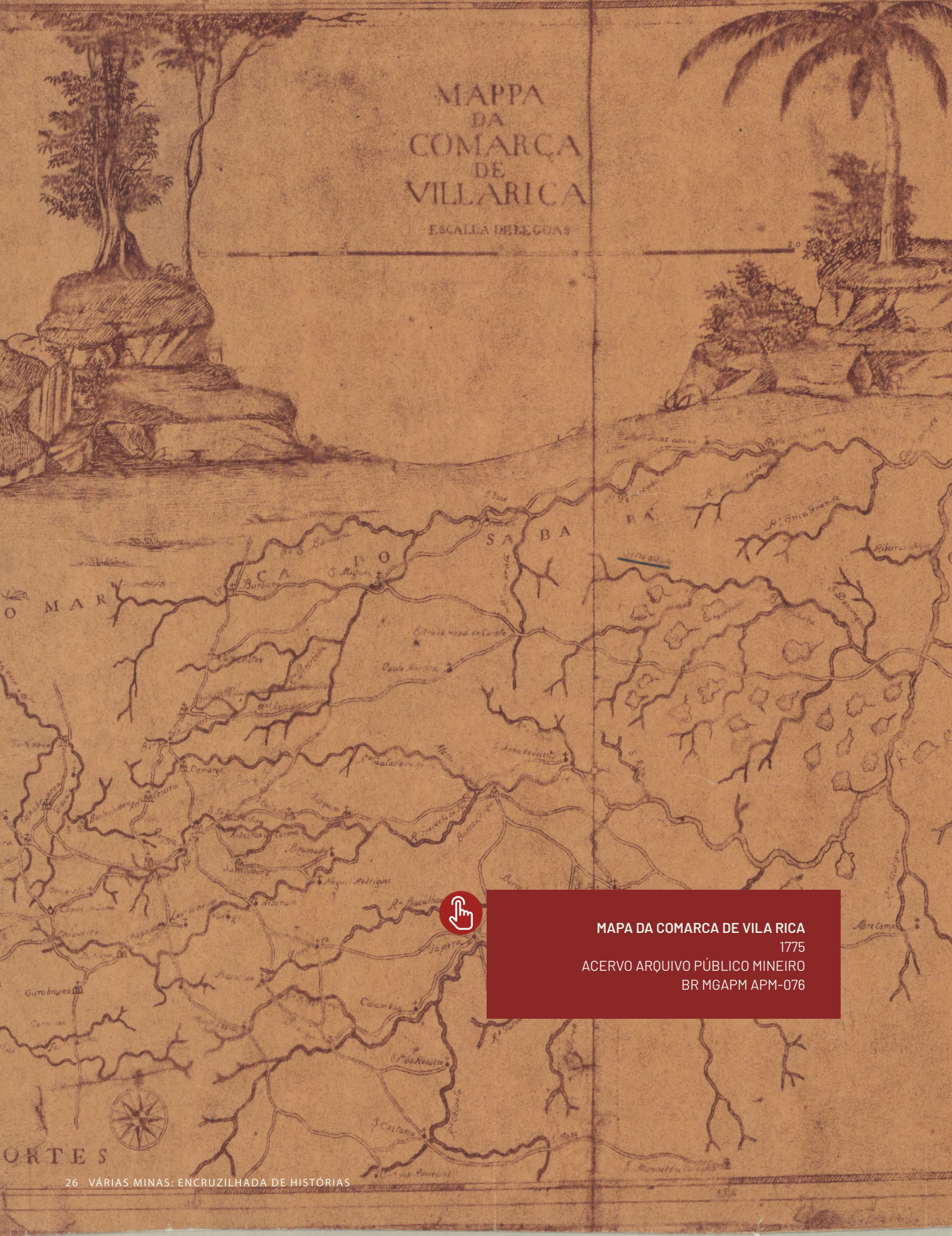


SUGESTÃO DE ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR

- Junto ao professor de artes, estudar os estilos e movimentos artísticos do período e incentivar a produção de artes pelos estudantes, baseados em ilustrações como essa para decorar seus cadernos.

MAPPA DA COMARÇA DE VILLARICA

ESCALA DE LEGUAS



MAPA DA COMARCA DE VILA RICA

1775

ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

BR MGAPM APM-076

O Mapa representa as regiões de Minas Gerais sob jurisdição de Vila Rica, estendendo-se do Rio Paraopeba e da região de Itabira até o Leste da Capitania e sua fronteira com o Espírito Santo. Chama a atenção o fato de que a região oeste da Comarca é pesadamente habitada, cravejada de vilas e estradas, enquanto o Leste é representado como “vazio” e atravessado apenas por rios.



O detalhe do canto superior direito do mapa mostra uma mulher indígena descansando aos pés de uma árvore frutífera, ao lado de um pé de abacaxi e de um conjunto de arco e flecha. Figuras como essa também eram utilizadas em outros mapas como alegoria para a América, como se ela resumisse e representasse a essência do continente e de todos seus habitantes nativos. O posicionamento da ilustração coincide com a visão dos mineiros da época acerca do “Sertão Leste”: a região oriental da Capitania seria cheia de riquezas e frutos, bem como de populações indígenas e pedras preciosas à espera da conquista para serem usufruídos através da mineração, plantação e escravização. (Para saber mais, ver o Caderno de Atividades nº 4)



SUGESTÃO DE TEMA

- Abordar as imagens e estereótipos feitos pela colonização acerca dos povos indígenas. Seriam essas imagens reais ou criações com a intenção de justificar a dominação desses diversos povos?

PROPOSTAS DE ATIVIDADES

ATIVIDADE 1

A lei do Contrato de Diamantes, instituída em 1753 por D. José I, rei de Portugal, objetivou controlar a exploração de diamantes no território brasileiro, além de impedir a comercialização ilegal das preciosas pedras. Dessa forma, a partir da publicação da lei, apenas a Coroa podia comercializar os diamantes. No preâmbulo da lei há um trecho que diz que o Contrato e o Comércio dos Diamantes vigentes até então seriam modificados "(...) não só pelas desordens que até agora se cometeram na administração e no manejo deles, preferindo-se os interesses particulares ao bem público, que se segue da reputação deste gênero (...)". A partir desse trecho, converse com os estudantes sobre quais seriam essas possíveis desordens e a quem, além da Coroa, elas prejudicavam.

- a) Trabalhe com os alunos questões relacionadas à construção e promulgação de leis. Se possível, aborde os pontos que diferenciam a criação de leis em uma democracia e em uma monarquia.
- b) Desenvolva com os alunos uma análise ou uma pesquisa acerca do processo de extração de diamantes. Abaixo seguem perguntas que podem nortear a discussão e pesquisa:
 - i) Quem seriam as pessoas que trabalhavam para de fato extrair os diamantes?
 - ii) Sob qual regime de trabalho?
 - iii) Eram as mesmas pessoas que lucravam com a extração?
 - iv) Como esses fatores se relacionam ao processo de colonização do Brasil?
 - v) Quem seriam as pessoas economicamente interessadas no contrabando e em seu combate?

ATIVIDADE 2

O livro de registros de extratos dos descobrimentos das minas foi encomendado pelo então governador da capitania, D. Luis Diogo, para conhecer melhor o território que estava sob seus cuidados e fazer uma administração eficaz. Associado ao mapa da Comarca de Vila Rica e à importância da confecção de mapas para a colonização, exploração e domínio do território, e partindo da ideia de que é necessário conhecer bem para bem administrar:

- a) Trabalhe com os alunos o interesse do governador da capitania em conhecer sua terra para administrar, ao mesmo tempo em que algumas áreas são retratadas como vazias, especialmente ao leste, onde a presença dos indígenas denominados "botocudos" era forte. Essas terras estariam de fato desabitadas? Quais seriam as intenções dos portugueses de apagar a representação das populações nativas das terras que pretendiam ocupar?
- b) Peça aos alunos que escolham um local para ser administrado ficcionalmente por eles (pode ser a cidade, a casa, a sala de aula etc.) e que eles levantem pontos que precisam ser melhorados para que os ambientes escolhidos funcionem de forma adequada e para que todos os cidadãos sejam respeitados.
- c) Proponha aos alunos que criem projetos de leis que contribuam de forma positiva para a melhoria dos lugares selecionados para serem administrados por eles.

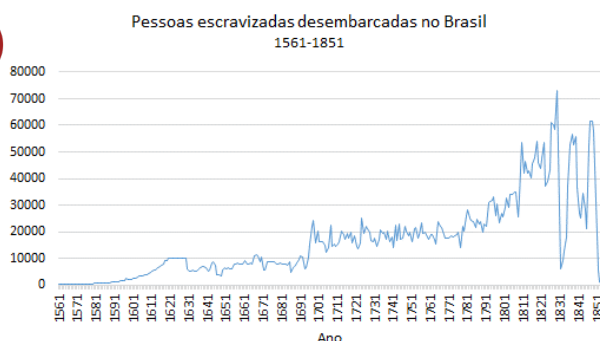
ATIVIDADE 3

O Livro de Matrícula de escravos do contrato de exploração diamantina nos apresenta a maneira como que os escravos eram registrados e contabilizados ao chegarem em Minas Gerais. Sabendo que as

matrículas de escravos serviam para além dos fins de contabilização populacional e taxações de seus senhores, e que elas também registravam o nome, idade, cicatrizes ou marcas no corpo e local de origem em África das pessoas escravizadas:

a) Inicie uma conversa com os alunos sobre as visões que eles possuem sobre o continente africano. Proponha discussões e/ou pesquisas sobre África. É importante que fique claro para os alunos a diversidade de etnias e povos que habitam o continente africano.

b) Introduza aos alunos, se possível, o site Slave Voyages (www.slavevoyages.org) e mostre a eles de onde saíam os navios negreiros que vinham em direção ao Brasil. Estabeleça conexões com a questão da colonização portuguesa em África.



c) O gráfico acima foi elaborado a partir dos dados recolhidos no site Slave Voyages. Ele demonstra a quantidade de pessoas escravizadas trazidas ao Brasil entre 1561 e 1851. Analise com os alunos os momentos de pico e quedas do gráfico e procure relacioná-los a momentos da história do Brasil que influenciaram essas variações no tráfico negreiro.

ATIVIDADE 4

No excerto abaixo o autor de Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio descreve brevemente os motivos que levaram a Coroa à fundição do ouro:

"Quem conduzisse ouro em pó para fora de Minas, incorreria na pena da perda do ouro, confisco de todos os bens e degredo por dez anos para a índia. [...] Para se evitar falsificação nas barras, ordenou-se que elas fossem cunhadas nas pontas pela parte superior com o selo das armas reais e pela inferior com uma esfera, declarando-se no meio da barra por ambas as partes o peso e o quilate do ouro e ano da fundição." (p.17)

Um exemplo da cunhagem das barras pode ser visto na imagem do lingote de ouro da exposição.

Tomando-o como exemplo, convide os alunos a pensarem nos mecanismos de identificação que conferem autenticidade às moedas correntes. Discutam qual a necessidade desses mecanismos nas moedas atuais e os motivos que levam o Estado a ter controle sobre todos os aspectos da emissão de dinheiro.

ATIVIDADE 5

A partir da Carta de Usança, converse com os alunos sobre o que são os cargos e as funções públicas e a importância deles para o funcionamento dos órgãos públicos nas diversas esferas de poder, em especial no município em que vivem.

a) Uma vez que a Carta de Usança da exposição é referente à posse de um juiz ordinário, peça que os alunos pesquisem e comparem as atribuições de um juiz ordinário com as de um juiz de direito hoje.

b) Aborde a mudança nas formas de ocupação de cargos públicos e a importância dos concursos públicos. Se achar pertinente, peça uma breve pesquisa sobre o significado de nepotismo e dos mecanismos contemporâneos criados para evitar que ele ocorra.

c) Proponha que os alunos reflitam sobre os serviços dos quais usufruem e que são majoritariamente exercidos por servidores públicos.

ATIVIDADE 6

Tendo em vista temas discutidos nas questões anteriores e nos temas sugeridos ao longo do caderno – como a exploração do ouro e dos diamantes, a ocupação de terras indígenas e o tráfico de pessoas escravizadas, proponha uma pesquisa que procure definir o conceito de "colonização" e discuta com os alunos em que consistiu e o que significou a colonização portuguesa em Minas Gerais e quais são suas heranças nos dias atuais.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Márcia. Das artes da pena e do pincel. Caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ Editora PUC Minas, 2008.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711). 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ INL, 1966.

BOXER, C. R. A Idade de ouro do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

CAMPOS, Maria Verônica. Governo de mineiros: e como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado. 1693 a 1737. São Paulo: USP, Departamento de História, Tese de Doutorado, 2002.

CARRARA, Ângelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 41, p. 40-59, jul.-dez. 2005.

CARRARA, Ângelo Alves. O reformismo fiscal pombalino no Brasil. Historia Caribe. Vol. XI No. 29, p. 83-111, jul-dez. 2016.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. O ouro cruza o Atlântico. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 41, p. 70-87, jul.-dez. 2005.

DELVAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginária do sertão. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 46, v. 2, p. 74-87, jul.-dez. 2010.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia Rodrigues (orgs.). A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

FERRAZ, Eugênio. Jóia da coroa. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 41, p. 60-69, jul.-dez. 2005.

FIGUEIREDO, Luciano de A. R. Derrama e política fiscal ilustrada. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 41, p. 22-39, jul.-dez. 2005.

FONSECA, Claudia Damasceno. Arraiais e vilas d'el Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas. BH: Editora da UFMG, 2011

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 129-142, jul. 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, p. 295-306, 2000.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O rendimento da capitania do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, v. 1, p. 118-129, jan.-jun. 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo 1, Vol. 2, p. 259-310.

LUNA, Francisco Vidal. Mineração: métodos extrativos e legislação. In *Estudos Econômicos*, São Paulo, Vol. 13, n especial, 1983. pp. 845-859.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. 1. ed. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000.

PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI a XIX*. São Paulo: AnnaBlume: PPGH/ UFMG, 2002.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTO, Virgílio N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

RENGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 2, p. 90-105, jul.-dez. 2006.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org). *História de Minas Gerais: Minas setecentistas*. BH: Autêntica, 2007. 2 vols.

ROMEIRO, A. *Corrupção e poder no Brasil - uma história, séculos XVI a XVIII*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 51, n. 1, p. 106-121, jan.-jun. 2015.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Viana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Autêntica, 2003.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. As frotas de ouro do Brasil, 1710- 1750. In *Estudos Econômicos*, Vol. 13, n especial, 1983. pp. 701-719.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, p. 100-119, 1999.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos. Administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Brasília, INL, 1985.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Espaço e representação nas Minas setecentistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 44-59, jul.-dez. 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. D. João V e a política para a extração de diamantes. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 168, n. 434, p. 133-141, jan.-mar. 2007.

SILVEIRA, Marco Antonio. O universo do indistinto. Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo, Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 21, 1995.

REALIZAÇÃO

Minas
300 anos



CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.